



98

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0333762-2

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAIRÉ-PE

IMPETRANTE: ALMIR ALVES PESSOA

PACIENTE: BRUNO LUAN DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO COM CONCURSO DE AGENTES. EXCESSO DE PRAZO NÃO RECONHECIDO NO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS SÚMULA Nº 84 E 86 DO TJPE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0333762-2** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nesta data, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto

Relator



199

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0333762-2

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAIRÉ-PE

IMPETRANTE: ALMIR ALVES PESSOA

PACIENTE: BRUNO LUAN DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

RELATÓRIO

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO LUAN DA SILVA preso em flagrante delito pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro c/c o art. 244-B do ECA, prisão esta convertida em preventiva

Noticia a inicial que inexistem motivos para manutenção da custódia, tendo em vista que o paciente é primário, nunca foi envolvido com atos ilícitos, o que demonstra que sua vida não é ligada a qualquer associação criminosa, possui residência fixa e preenche os requisitos previstos em lei.

Pugnou, *in limine*, a revogação do decreto de segregação cautelar e a expedição do alvará de soltura e caso não fosse deferido a liberdade provisória, que fosse estendida o benefício concedido ao réu JOSÉ RENATO DA PAZ, no HC 326885-9, em que foi relator este desembargador.



200

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

A Douta Procuradoria, em seu parecer de fls. 138/1432, **opinou pela denegação da ordem.**

É o que importa relatar.

Recife, 16 de Julho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



201

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0333762-2

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAIRÉ-PE

IMPETRANTE: ALMIR ALVES PESSOA

PACIENTE: BRUNO LUAN DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de CLEBSON JOSÉ DA SILVA preso em flagrante delito pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

O cerne da questão se baseia na falta de fundamentação para manutenção do decreto preventivo. Pugna pela concessão da ordem, fundamentando, também, que o paciente preenche todos os requisitos para sua soltura, tendo em vista que é primário, nunca foi envolvido com atos ilícitos e possui residência fixa. Ao final, alegou genericamente excesso de prazo uma vez que se encontra preso há mais de 100 dias.

As informações prestadas pela autoridade coatora de fls. 110/134, narram que o paciente fora preso por praticar o crime de roubo com mais outros comparsas, mediante uso de arma de fogo.

Relata, também, que todos os agentes, um adolescente de nome R.G.S.S, inclusive o paciente, na cidade de Sairé-PE, por volta das 22:00 horas, no Posto de Gasolina Dynamus III, subtraíram do referido posto,



202

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

mediante grave ameaça, com uso de arma de fogo, a quantia de R\$ 300,00 (trezentos) reais.

O juiz de piso proferiu sua decisão fundamentado na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

Entendo, contudo, que afirmo que a prisão cautelar do paciente se mostra necessária e adequada diante tanto do *modus operandi* como das circunstâncias que cercam o delito, agindo com graves ameaças, comunhão de desígnios com outros comparsas.

Logo, apesar de não ter antecedentes, não me parece ilegal ou excessiva a conclusão do perigo que representa a soltura do paciente.

Esta questão, como visto acima, restou bem delineada pelo juízo prolator do decreto prisional, que sopesou de forma correta estes aspectos.

Entretanto, ainda que as condições pessoais, sejam favoráveis ao paciente/acusado elas, não têm, em princípio, o condão de *per si*, garantirem a revogação da prisão preventiva, pois há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia antecipada, como ocorre neste caso.

Esse é o entendimento dos tribunais superiores e, em especial, da **Súmula nº 86 do TJPE**: “As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”.



203

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Por fim, os autos principais já teve a audiência de instrução e julgamento, a qual foi realizada no dia 27.05.2014, portanto, não há o que se falar em excesso de prazo, haja vista o trâmite normal do processo.

Em igual entendimento, **esta Corte aprovou a Súmula 84**, assim redigida: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Assim, não me resta outra alternativa a não ser a denegação da ordem, uma vez que o paciente não sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção.

Ante o exposto, acompanhando o Parecer Ministerial, voto pela DENEGAÇÃO DA ORDEM.

É como voto.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto

Relator